

RCI Banque

RCI GEST – INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, S.A.



RELATÓRIO E CONTAS 2012

RCI GEST – INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, S.A

Sede Social: Rua José Espírito Santo, Lote 12-E, 1950-096 LISBOA
Capital Social: € : 13.722.500
Conservatória do Registo Comercial de Lisboa,
Pessoa Colectiva nº. 500 970 599

- CONVOCATÓRIA -

Convoco a Assembleia Geral desta sociedade para se reunir, na sua sede social, no próximo dia 28 de Março de 2013, pelas 09,30 horas, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1º. Deliberar sobre o Relatório de Gestão, as contas do exercício de 2012 e a proposta de aplicação de resultados, bem como dar cumprimento ao disposto do art.º 455º, do Código das Sociedades Comerciais.
- 2º. Proceder à eleição dos membros da Mesa da Assembleia Geral para o mandato de 2013 a 2015.

Lisboa, 18 de Fevereiro de 2013

A PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL



Dr.ª Ana Maria Tomé

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS

- EXERCÍCIO DE 2012 -

Senhores Accionistas,

Nos termos legais e estatutários vem o Conselho de Administração da RCI Gest – Instituição Financeira de Crédito, S.A., apresentar a V.Exas. o relatório de gestão, balanço e contas relativas ao exercício de 2012.

INTRODUÇÃO

A RCI Gest – Instituição Financeira de Crédito, S.A. tem como accionista único a RCI Banque.

O mercado automóvel português registou uma queda de 40,9% face ano anterior. Dentro da adversidade, a Renault manteve o 1º lugar na tabela de marcas mais vendidas em Portugal com 12.967 veículos matriculados e uma penetração sobre o mercado de todas as marcas de 11,6%.

A Nissan registou um total de 4.240 matrículas representando uma penetração de 3,8% sobre o mercado de todas as marcas.

Com 4 anos de comercialização, a Dacia matriculou 1.140 viaturas, correspondendo a uma quota de mercado de 1,0%.

ACTIVIDADE COMERCIAL

Em 2012, a RCI Gest – IFIC, SA apresentou uma performance comercial crescente face ao ano anterior, registando, pelo segundo ano consecutivo, um aumento da sua penetração de financiamento sobre matrículas (Renault+Nissan+Dacia).

A sua taxa de intervenção global passou de 30,5% em 2011 para 35,9% em 2012, ou seja um crescimento de 18% (+5,4 p.p.).

Não obstante a performance positiva, a realidade verificada no mercado automóvel português, conduziu a RCI Gest a uma redução de 33% no número de contratos de financiamento celebrados e, conseqüentemente, a um decréscimo de 34,8% no valor dos novos financiamentos, fixando-se este em 80,7 milhões de euros.

RISCO

O ano de 2012 continuou a apresentar uma conjuntura económica desfavorável e um sobre endividamento das famílias.

A degradação da conjuntura económica foi antecipada pela RCI GEST ainda no ano de 2009, no qual foi implementada uma reengenharia do processo de risco da aceitação dos contratos até à sua cobrança.

CONJUNTURA ECONÓMICA E FINANCEIRA

No que diz respeito à política financeira, a sociedade orienta-se estritamente pelas directrizes preconizadas pelo Grupo para as suas filiais na Europa Ocidental, pelo que o refinanciamento é realizado a 100% pela casa-mãe, RCI BANQUE, SA, e o risco de taxa de juro é seguido em local e gerido centralmente de uma forma consolidada.

RECURSOS HUMANOS

A Política de Recursos Humanos da empresa valoriza o desenvolvimento das competências dos seus colaboradores de forma a atrair, reter e desenvolver os profissionais mais qualificados para o seu negócio.

No Grupo RCI Banque Portugal, a formação tem ocupado desde sempre um lugar de destaque, tendo como objectivo acompanhar o desenvolvimento dos colaboradores de forma a tornar a empresa mais profissional e competitiva. Deste modo, a RCI GEST tem continuado a apostar na formação, com o intuito de aumentar o profissionalismo dos seus colaboradores e a orientação da empresa para o cliente.

No cumprimento do disposto no Artigo 3º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, e atendendo a que pelo Artigo 2º do Decreto-Lei n.º 225/2008, de 20/11, as instituições financeiras são consideradas entidades de interesse público, divulgamos de forma agregada e individual, a composição e as remunerações auferidas no exercício do ano de 2012 pelo Conselho de Administração e Fiscal Único.

Detalhe das remunerações agregadas:

Órgãos	Nº de Elementos	Montante de Remunerações
Conselho de Administração	1	71.354 €
Fiscal Único	1	36.200 €
Total		107.554 €

Detalhe das remunerações individuais:

Órgão	Nome	Cargo	Montante de Remunerações
Conselho de Administração	Xavier Sabatier	Administrador	71.354 €
Fiscal Único	Deloitte & Associados, S.R.O.C., S.A	Fiscal Único	36.200 €
Total			107.554 €

Ainda de acordo com o mencionado Artigo 3º da Lei nº28/2009, explicita-se que a remuneração dos citados Órgãos Sociais foi definida oportunamente em Assembleia Geral, não dispondo a Sociedade de uma Comissão de Vencimento. As remunerações são fixas, não existindo qualquer plano de atribuição de acções ou opções de aquisição de acções.

PERSPECTIVAS FUTURAS

A RCI Gest - IFIC, SA tem procurado responder às tendências do mercado com a evolução da sua oferta de produtos de locação e serviços associados, face a um mercado em permanente mudança, quer em termos concorrenciais, quer em termos legislativos.

No entanto o contexto económico desfavorável traduzido numa contracção do PIB, o conseqüente choque verificado ao nível do consumo interno e a escassez dos recursos financeiros, tornam incontornável o continuar da optimização dos níveis de produtividade e procura de novos nichos de actividade.

PROPOSTA DE AFECTAÇÃO DE RESULTADOS

Propõe-se que o Resultado Líquido apurado no exercício, positivo, em 3.818.839,89 Euros tenha a seguinte afectação:

- Reserva Legal: 381.883,99
- Dividendos: 3.436.955,90

A operação apenas será efectuada após a aprovação por Assembleia Geral.

Caso a proposta seja aprovada pela Assembleia Geral, a Situação Líquida, após esta afectação, será de Eur: 23.571.319.

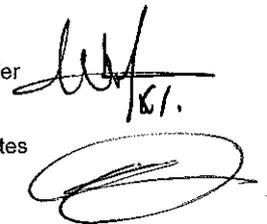
Lisboa, 18 de Fevereiro de 2013

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Sr. Patrice Cabrier

Administradores: Sr. Xavier Sabatier

Sr. Osvaldo Pontes





RCI Banque

RCI GEST – INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, S.A

NOTAS ANEXAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de Dezembro de 2012

RCI Gest - Instituição Financeira de Crédito, S.A.

Sede: Rua Dr. José Espírito Santo, Lote 12-E, 1950 – 096 Lisboa

Capital Social: 13.722.500 Euros Contribuinte 500 970 599 matrícula C.R.C. LISBOA Nº 351

INDICE

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO 2012.....	-1-
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO 2012.....	-2-
DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DOS CAPITAIS PRÓPRIOS.....	-3-
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO 2012.....	-4-

ANEXOS

1. INFORMAÇÃO GERAL.....	- 5 -
2. BASES DE APRESENTAÇÃO E RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS.....	- 5 -
3. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	- 12 -
4. CRÉDITO A CLIENTES.....	- 13 -
5. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA	- 15 -
6. ACTIVOS TANGÍVEIS	- 15 -
7. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS	- 16 -
8. ACTIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS.....	- 17 -
9. OUTROS ACTIVOS.....	- 19 -
10. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	- 20 -
11. PROVISÕES E IMPARIDADE	- 21 -
12. OUTROS PASSIVOS.....	- 22 -
13. CAPITAL.....	- 22 -
14. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES.....	- 23 -
15. JUROS E ENCARGOS SIMILARES	- 23 -
16. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL	- 23 -
17. RENDIMENTOS E ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES	- 24 -
18. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS	- 24 -
19. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO	- 24 -
20. CUSTOS COM O PESSOAL	- 25 -
21. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS	- 26 -
22. RELATO POR SEGMENTOS.....	- 27 -
23. CONSOLIDAÇÃO COM DETENTORES DE CAPITAL	- 27 -
24. DIVULGAÇÕES NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO DA NORMA IFRS 7	- 27 -
25. SALDOS COM ENTIDADES RELACIONADAS.....	- 32 -
26. EVENTOS SUBSEQUENTES	- 32 -

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO 2012

(em euros)

	Notas	2012			Ano Anterior		Notas	2012	2011
		Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	Valor Líquido					
ACTIVO									
Caixa e disponibilidades em bancos centrais		-	-	-	-				
Disponibilidades em outras instituições de crédito	3	28.890	-	28.890	73.970				
Crédito a clientes	4	119.104.666	10.433.874	108.670.791	124.735.818				
Activos não correntes detidos para venda	5	3.855.184	3.760.779	94.405	690.351				
Activos tangíveis	6	61.696.404	12.982.440	48.713.964	56.757.443				
Activos intangíveis		-	-	-	-				
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	7	137.543	-	137.543	137.543				
Activos por impostos correntes	8	-	-	-	95.214				
Activos por impostos diferidos	8	806.605	-	806.605	1.166.925				
Outros activos	9	9.501.542	-	9.501.542	13.354.796				
Total de Activo		195.130.833	27.177.093	167.953.740	197.012.060				
PASSIVO									
Recursos de outras instituições de crédito	10	-	-	-	-		130.370.367	161.314.200	
Provisões	11	-	-	-	-		3.647.221	5.188.684	
Passivos por impostos correntes	8	-	-	-	-		659.672	121.365	
Passivos por impostos diferidos	8	-	-	-	-		-	8.433	
Outros passivos	12	-	-	-	-		6.268.205	6.358.575	
Total de Passivo							140.945.464	172.991.257	
CAPITAL									
Capital	13	-	-	-	-		13.722.500	13.722.500	
Outras reservas e resultados transitados	13	-	-	-	-		9.466.936	9.374.562	
Resultado do exercício		-	-	-	-		3.818.840	923.741	
Total de Capital							27.008.276	24.020.803	
Total de Passivo + Capital							167.953.740	197.012.060	

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

A Técnica Oficial de Contas
 Nisa Loução

O Conselho de Administração
 Presidente: Patrice Cabrier
 Administradores: Xavier Sabatier
 Osvaldo Pontes

RCI Gest – Instituição Financeira de Crédito, S.A.

Rua José Espírito Santo, Lote 12E 1950-096 Lisboa
 Registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa
 Contribuinte nº. 500 970 599

RCI Banque

**DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2012 E 2011**

(em euros)

	Notas/ Quadros Anexos	2012	2011
Juros e rendimentos similares	14	23.396.162	24.839.799
Juros e encargos similares	15	(18.538.767)	(20.044.292)
Margem Financeira		4.857.395	4.795.507
Rendimentos de instrumentos de capital	16	1.035.251	814.638
Rendimentos de serviços e comissões	17	-	20.750
Encargos com serviços e comissões	17	(269.862)	(587.436)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados			
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda			
Resultados de reavaliação cambial			
Resultados de alienação de outros activos	18	(324.550)	(213.655)
Outros resultados de exploração	19	2.886.414	3.245.657
Produto bancário		8.184.647	8.075.461
Custos com o pessoal	20	(778.192)	(1.063.192)
Gastos gerais administrativos	21	(4.155.062)	(4.927.060)
Amortizações do exercício	6	(206.273)	(268.531)
Provisões líquidas de reposições e anulações	11	1.389.348	839.443
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes (líquidas de reposições e anulações)	11	(149.897)	161.340
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações			
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	11	257.010	(970.270)
Resultado antes de impostos		4.541.581	1.847.191
Impostos Correntes	8	(370.854)	117.178
Impostos Diferidos	8	(351.887)	(1.040.628)
Resultado após impostos e do rendimento integral do exercício		3.818.840	923.741
Do qual: Resultado líquido após impostos de operações descontinuadas		-	-

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.


 A Técnica Oficial de Contas
 Nisa Loução


 O Conselho de Administração
 Presidente: Patrice Cabrier
 Administradores: Xavier Sabatier
 Osvaldo Pontes

RCI Gest - Instituição Financeira de Crédito, S.A.
 Rua José Espírito Santo, Lote 12E 1950-096 Lisboa
 Registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa
 Contribuinte n.º. 500 970 599



**DEMONSTRAÇÃO DE VARIACÕES DOS CAPITAIS PRÓPRIOS
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2012 E 2011**

	Capital	Outras reservas e resultados transitados			Resultado líquido do exercício	Total	
		Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados			
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	13.722.500	2.743.388	25.041	6.318.579	9.087.007	287.555	23.097.062
Aplicações do lucro de 2010:							
Transferência para resultados transitados	-	-	-	287.555	287.555	(287.555)	-
Rendimento integral em 2011	-	-	-	-	-	923.741	923.741
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	13.722.500	2.743.388	25.041	6.606.134	9.374.562	923.741	24.020.803
Aplicações do lucro de 2011:							
Transferência para reservas e resultados transitados	-	92.374	-	831.367	923.741	(923.741)	-
Distribuição de Dividendos	-	-	-	(831.367)	(831.367)	-	(831.367)
Rendimento integral em 2012	-	-	-	-	-	3.818.840	3.818.840
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	13.722.500	2.835.762	25.041	6.606.134	9.466.936	3.818.840	27.008.276

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

A Técnica Oficial de Contas
 Nisa Loução

O Conselho de Administração
 Presidente: Patrice Cabrier
 Administradores: Xavier Sabatier
 Osvaldo Pontes

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2012 E 2011

(Montantes expressos em Euros)

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Juros e comissões recebidas	11.852.859	9.434.571
Pagamento de juros e comissões	(11.352.110)	(12.663.162)
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	(4.933.254)	(5.990.252)
Resultados de alienação de outros activos	(324.550)	(213.655)
Outros resultados operacionais	<u>2.886.414</u>	<u>3.245.656</u>
Resultados operacionais antes das alterações nos activos e passivos operacionais	<u>(1.870.642)</u>	<u>(6.186.842)</u>
(Aumentos) diminuições de activos operacionais:		
Crédito a clientes	16.177.239	10.340.609
Activos não correntes detidos para venda	689.489	(360.072)
Outros activos	<u>3.853.254</u>	<u>6.525.984</u>
	<u>20.719.982</u>	<u>16.506.521</u>
Aumentos (diminuições) de passivos operacionais:		
Outros passivos	<u>(90.370)</u>	<u>(4.395.218)</u>
	<u>(90.370)</u>	<u>(4.395.218)</u>
Caixa líquida das actividades operacionais antes dos impostos sobre o rendimento	<u>18.758.971</u>	<u>5.924.461</u>
Impostos sobre o rendimento	<u>262.667</u>	<u>17.070</u>
Caixa líquida das actividades operacionais (1)	<u>19.021.638</u>	<u>5.941.531</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Rendimentos de instrumentos de capital	1.035.251	814.638
Aquisições e alienações de immobilizações	<u>10.513.530</u>	<u>(5.063.098)</u>
Fluxos das actividades de investimento (2)	<u>11.548.781</u>	<u>(4.248.460)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	(29.784.132)	(1.765.379)
Dividendos	<u>(831.367)</u>	<u>-</u>
Fluxos das actividades de financiamento (3)	<u>(30.615.499)</u>	<u>(1.765.379)</u>
Varição de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)	(45.080)	(72.308)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	73.970	146.278
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	28.890	73.970

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

 A Técnica Oficial de Contas
 Nªa Loução

 O Conselho de Administração
 Presidente: Patrice Cabrie
 Administradores: Xavier Sabatie
 Osvaldo Pontes

1. INFORMAÇÃO GERAL

A RCI Gest – Instituição Financeira de Crédito, SA (RCI IFIC ou Sociedade), iniciou a sua actividade a 01 de Março de 2007 (com efeitos retroactivos a 01 de Janeiro de 2007), em resultado da transformação da sociedade RCI Gest Sociedade de Comércio de Automóveis, SA, com início de actividade a 7 de Maio de 1980, numa Instituição Financeira de Crédito, e passou a estar sujeita à supervisão do Banco de Portugal.

A sua sede é em Lisboa, na Rua José Espírito Santo, Lote 12-E e tem como objecto social a locação financeira. Conforme indicado na Nota 13, a Sociedade é detida a 100% pela sociedade RCI Banque, SA.

A RCI Gest IFIC, tem como actividade principal o financiamento automóvel, sendo a financeira da marca Renault, Dacia e Nissan e da sua Rede de Concessionários.

Pelo facto de estar presente em toda a Rede de Concessionários Renault e das marcas supracitadas e devido a ser pioneira em Portugal na sua actividade, acumulando uma vasta experiência, assume-se como verdadeira especialista no ramo automóvel. Disponibiliza uma gama completa e personalizada de produtos financeiros e serviços para clientes particulares, profissionais liberais, empresários em nome individual (ENI's) e empresas.

As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2012 foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Sociedade em 28 de Fevereiro de 2013.

As demonstrações financeiras da RCI IFIC relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 estão pendentes de aprovação pela Assembleia Geral de Accionistas. No entanto, o Conselho de Administração admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO E RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras da RCI IFIC foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e com base nos livros e registos contabilísticos, de acordo com os princípios consagrados nas Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA's), nos termos do Aviso nº 1/2005, de 21 de Fevereiro e das Instruções nº 23/2004 e nº 9/2005, do Banco de Portugal, na sequência da competência que lhe é conferida pelo número 3 do artigo 115º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92 de 31 de Dezembro.

As NCA correspondem em geral às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), conforme adoptadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro e pelo Aviso nº 1/2005, de 21 de Fevereiro, do Banco de Portugal. No entanto, nos termos do Aviso nº 1/2005, existem as seguintes excepções com impacto nas demonstrações financeiras da Sociedade:

- i) Valorimetria do crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (Crédito e contas a receber) – os créditos são registados pelo valor nominal, não podendo ser reclassificados para outras categorias e, como tal, registados pelo justo valor;

- ii) Provisonamento do crédito e contas a receber - são definidos níveis mínimos de provisionamento de acordo com o disposto no Aviso do Banco de Portugal nº 3/95, com as alterações subsequentes (Nota 2.3. 3)). Este regime abrange ainda as responsabilidades representadas por aceites, garantias e outros instrumentos de natureza análoga;
- iii) Os activos tangíveis são obrigatoriamente mantidos ao custo de aquisição, não sendo deste modo possível o registo pelo justo valor, conforme permitido pela Norma IAS I6 – Activos fixos tangíveis. Como excepção, é permitido o registo de reavaliações legalmente autorizadas, caso em que as mais - valias resultantes são registadas em “Reservas de reavaliação”.

Os valores encontram-se expressos em Euros, salvo indicação em contrário.

2.2. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras, a gestão tem que efectuar estimativas e assumir previsões que afectam os activos, passivos, réditos e custos, bem como os passivos e activos contingentes divulgados. Para a elaboração destas estimativas a gestão utilizou a informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras e julgamentos de valor. Consequentemente, os valores futuros efectivamente verificados podem diferir destas estimativas.

2.3. Resumo das principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras resumem-se como segue:

1) Créditos a clientes

O crédito concedido a clientes através de locações financeiras é reconhecido nos termos do IAS 17 – “Locações”, no caso em que as locações efectuadas pela RCI IFIC, transferem substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade dos bens locados para o locatário, a saber:

- A locação transfere a propriedade do activo para o locatário no fim do prazo da locação; ou
- O locatário tem a opção de comprar o activo por um preço mais baixo do que o justo valor à data em que a opção se torna exercível; ou
- O prazo de locação refere-se à maior parte da vida económica do activo mesmo que o título de propriedade não seja transferido; ou
- Os activos locados são de uma tal natureza especializada que apenas o locatário os pode usar sem grandes modificações.

Desta forma, a RCI IFIC, reconhece os activos detidos como uma locação financeira registando-os como uma conta a receber por uma quantia igual ao investimento líquido na locação. Assim, o custo dos bens locados e dos contratos de aluguer de longa duração é registado como crédito concedido.

A amortização do crédito concedido é calculada usando o critério da amortização financeira, tendo em consideração a taxa de juro implícita, resultante do capital desembolsado, plano de rendas acordado e valor residual dos contratos.

O crédito vincendo associado a contratos não rescindidos, mesmo que tenham rendas e outros valores vencidos, mantém-se classificado como crédito em situação normal.

O crédito e juros vencidos correspondem a capital, juros, Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) e outros valores vencidos e não cobrados relativos a contratos ainda em vigor, deduzidos dos juros anulados. Estes valores são distribuídos por classes de risco, as quais são função do período decorrido após o respectivo vencimento.

As locações que não cumprem os requisitos acima referidos são classificadas como locações operacionais e registadas de acordo com a política descrita em 2.3. 5) abaixo.

2) Reconhecimento de custos e proveitos directos associados ao custo amortizado

Nos termos do IAS 39 – “Instrumentos financeiros – reconhecimento e mensuração”, os proveitos e custos directamente relacionados com a contratação das operações de crédito são incorporados no custo amortizado e reconhecidos com base no método da taxa de juro efectiva, ao longo do período das operações, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos.

A RCI IFIC tem como custos e proveitos directamente relacionados com as operações de crédito:

- Comissões pagas à força de vendas e a fornecedores (concessionários) pela angariação de operações de crédito;
- Despesas de início de contrato recebidas de clientes aquando da celebração dos contratos de crédito.

3) Provisões para riscos de crédito

Estas provisões são constituídas de acordo com o Aviso nº 3/95, de 30 de Junho, do Banco de Portugal, levando em consideração as alterações constantes nos Avisos nº 8/2003 e nº 3/2005, de 30 de Janeiro e 21 de Fevereiro, respectivamente e demais instruções e normas aplicáveis, emitidas pelo Banco de Portugal.

Provisão para crédito e juros vencidos

Destina-se a fazer face aos riscos de cobrança do capital, juros e outros valores vencidos e não cobrados. O seu montante é apurado através da aplicação de percentagens mínimas de provisão, segundo a antiguidade dos saldos vencidos e não cobrados e a existência ou não de garantias.

Provisão para créditos de cobrança duvidosa

Destina-se a fazer face aos riscos de cobrança do capital vincendo relativo a contratos que apresentem prestações em mora numa das seguintes situações:

- i) excederem 25% do capital em dívida acrescido dos juros vencidos;
- ii) estarem em incumprimento há mais de:
 - seis meses nas operações com prazo inferior a cinco anos;
 - doze meses nas operações com prazo igual ou superior a cinco e inferior a dez anos; e
 - vinte e quatro meses nas operações com prazo igual ou superior a dez anos.

O capital vincendo destes contratos é então provisionado com base nas mesmas percentagens aplicáveis ao crédito vencido.

São ainda considerados créditos de cobrança duvidosa, os créditos vincendos sobre um mesmo cliente, se o crédito e juros vencidos de todas as operações, relativas a esse cliente excederem 25% do crédito total, acrescido dos juros vencidos. Nestes casos, os créditos de cobrança duvidosa são provisionados com base em metade da percentagem aplicável aos créditos vencidos.

Provisões para riscos gerais de crédito

Trata-se de uma provisão de natureza geral destinada a fazer face aos riscos associados à realização da carteira de crédito concedido, não identificados especificamente. Esta provisão é calculada por aplicação de uma percentagem de 1,5% ao crédito não vencido concedido a Particulares e de 1% ao crédito não vencido concedido a Empresas.

Anulação de juros

A Sociedade anula os juros incluídos nas rendas em atraso de operações de crédito a clientes com antiguidade superior a 90 dias.

4) Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes são classificados como detidos para venda sempre que se determine que o seu valor de balanço será recuperado através de venda e não através do uso continuado. Esta condição apenas se verifica quando a venda seja altamente provável e o activo esteja disponível para venda imediata no seu estado actual. A operação de venda deverá normalmente verificar-se até um período máximo de um ano após a classificação nesta rubrica.

Uma extensão do período durante o qual se exige que a venda seja concluída não exclui que um activo seja classificado como detido para venda se o atraso for causado por acontecimentos ou circunstâncias fora do controlo da Entidade e se houver suficiente prova de que a Entidade continua comprometida com o seu plano de vender o activo.

Nesta rubrica são registados os valores de veículos recuperados pela rescisão de contratos de locação. Os activos registados nesta categoria são valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o justo valor.

5) Activos Tangíveis

Os activos tangíveis dizem respeito, na sua maioria, a activos em locação operacional e a equipamento diverso, tal como mobiliário e equipamento informático. Os activos tangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações dos activos em locação operacional são efectuadas de acordo com o critério económico, que consiste numa linearização sobre o activo efectuada em função da duração (em dias) estabelecida no contrato. A base amortizável é constituída pelo valor de aquisição deduzido do seu valor residual. As restantes amortizações são registadas numa base linear, ao longo da vida útil estimada dos activos.

As taxas de amortização utilizadas sobre os activos tangíveis da Sociedade são como segue:

RUBRICAS	Tx. Amortização
Edifícios	2%
Mobiliário diverso	12,5%
Máquinas e ferramentas	20%
Equipamento Informático	25% e 33,33%
Outro equipamento	12,5%
Activos em locação operacional	Em função da duração do contrato
Outros activos tangíveis	25%

Os activos de locação operacional, exceptuando os que dizem respeito a bens temporariamente não locados, não estão disponíveis para venda por estarem associados a contratos activos de locação operacional, celebrados com um locatário que assume direitos e obrigações sobre o bem em questão, constituindo tal uma restrição ao título.

A RCI regista o imobilizado de aluguer operacional de veículos de acordo com o método operativo. Assim, são consideradas como custo na rubrica "Juros e encargos similares" as amortizações do exercício do imobilizado afecto a operações de aluguer (Nota 15), sendo registadas como proveitos na rubrica "Juros e rendimentos similares" as rendas que são facturadas aos clientes durante o exercício (Nota 14).

6) Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

Esta rubrica inclui as participações em Sociedades nas quais a RCI exerce um controlo efectivo sobre a sua gestão corrente, de modo a obter benefícios económicos das suas actividades, denominadas "filiais". Normalmente o controlo é evidenciado pela detenção de mais de 50% do capital ou dos direitos de voto.

Estes activos são registados pelo custo de aquisição e os dividendos são registados como proveitos no exercício em que é decidida a sua distribuição pelas filiais.

A Sociedade optou por não preparar demonstrações financeiras consolidadas, tendo sido usada a isenção de consolidação, dado que as suas contas juntamente com as da sua filial são consolidadas pela RCI Banque, S.A. de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (Nota 23).

7) Provisões e Passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva), resultante de eventos passados onde seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. A provisão corresponde à melhor estimativa da Entidade de eventuais montantes que seria necessário desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço. Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

8) Impostos

A RCI Gest – Instituição Financeira de Crédito, S.A. está sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) de acordo com o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS), sendo a sociedade dominante do grupo que inclui a RCI Gest Seguros – Mediadores de Seguros, Lda..

No âmbito do RETGS, o lucro tributável é calculado pela RCI Gest – Instituição Financeira de Crédito, S.A., enquanto sociedade dominante, através da soma algébrica dos lucros tributáveis e dos prejuízos fiscais apurados nas Declarações Modelo 22 de IRC individuais de cada uma das sociedades pertencentes ao grupo.

A Sociedade encontra-se sujeita a IRC a uma taxa de 25%, acrescida de 1,5% de Derrama calculada sobre o lucro tributável, a que corresponde uma taxa agregada de 26,5%.

Adicionalmente, relativamente ao período de tributação de 2012, sobre a parte que excede o lucro tributável de 1.500.000 Euro é aplicada uma taxa de 3%, a título de Derrama Estadual.

Os custos com impostos sobre o rendimento correspondem à soma do imposto corrente e do imposto diferido.

O imposto corrente é calculado com base no resultado fiscal do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos ao lucro tributável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos.

Os impostos diferidos activos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias entre o valor de um activo ou passivo no balanço e a sua base de tributação, sendo registados de acordo com a Norma IAS 12 – “Impostos sobre o rendimento” e calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor no período em que se prevê que seja realizado o respectivo activo ou liquidado o passivo.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos activos só são registados até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou prejuízos fiscais.

As autoridades têm a possibilidade de rever a situação fiscal da Sociedade durante um período de quatro anos ou pelo prazo de reporte dos prejuízos fiscais existentes, designadamente em sede de IRC e de Imposto sobre o Valor Acrescentado, podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais liquidações adicionais relativamente aos exercícios de 2009 a 2012. No entanto, na opinião do Conselho de Administração da Sociedade, não é previsível que qualquer liquidação adicional, relativamente aos exercícios indicados, seja significativa para as demonstrações financeiras anexas.

9) Reconhecimento de proveitos e custos

Em geral os proveitos e custos reconhecem-se em função do período de vigência das operações de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, isto é, são registados à medida que são gerados, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos. Os proveitos são reconhecidos na medida em que seja provável que benefícios económicos associados à transacção fluam para o grupo e a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada.

10) Caixa e equivalentes de caixa

Na Demonstração de fluxos de caixa os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e seus equivalentes” correspondem aos valores em caixa e depósitos à ordem junto de outras instituições de crédito.

2.4. Adopção de novas Normas (IAS/IFRS) ou revisão de Normas já emitidas

Excepto no que diz respeito a matérias reguladas pelo Banco de Portugal, tal como referido na Nota 2.1, em 2012 a Sociedade utilizou as Normas e Interpretações emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) que são relevantes para as suas operações e efectivas para os períodos iniciados a partir de 1 de Janeiro de 2012, desde que aprovadas pela União Europeia.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia e com aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2012, foram adoptadas pela primeira vez no exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, incluem as seguintes:

Norma	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após	
IFRS 7 - Emenda (Transferência de activos financeiros)	01-Jul-11	Esta emenda vem exigir um maior número de divulgações relativamente a transferências de activos financeiros.

Estas normas não tiveram impacto nas demonstrações financeiras e nas divulgações apresentadas pela Sociedade no Anexo às demonstrações financeiras.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas ("endorsed") pela União Europeia:

<u>Norma</u>	<u>Aplicável nos exercícios iniciados em ou após</u>
IFRS 10 – Demonstrações financeiras consolidadas	01-Jan-14
IFRS 11 – Acordos conjuntos	01-Jan-14
IFRS 12 – Divulgações sobre participações noutras entidades	01-Jan-14
IFRS 13 – Mensuração de justo valor	01-Jan-13
IAS 27 – Demonstrações financeiras separadas (2011)	01-Jan-14
IAS 28 – Investimentos em Associadas e Entidades Conjuntamente Controladas (2011)	01-Jan-14
IAS 12 – Emenda (recuperação de activos por impostos diferidos)	01-Jan-13
IAS 19 – Emenda (planos pensões de benefícios definidos) (2011)	01-Jan-13
IFRS 1 – Emenda (Hiperinflação)	01-Jan-13
IAS 1 – Emenda (Outro Rendimento Integral)	01-Jul-12
IFRS 7 – Emenda (2011)	01-Jan-13
IAS 32 – Emenda (2011)	01-Jan-14
IFRIC 20 – Registo de certos custos na fase de produção de uma mina a céu aberto (2011)	01-Jan-13

Estas normas apesar de aprovadas ("endorsed") pela União Europeia, não foram adoptadas pela Sociedade no exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. O Conselho de Administração não antecipa que venham a resultar impactos relevantes para a Sociedade em resultado da adopção das referidas normas.

3. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o saldo da rubrica "Disponibilidades em outras instituições de crédito" correspondia a Depósitos à Ordem em Instituições de Crédito domiciliadas em Portugal e junto da RCI Banque, S.A. em França, bem como movimentos bancários em curso, no montante de 28.890 Euros e 73.970 Euros, respectivamente.

4. CRÉDITO A CLIENTES

A rubrica de "Crédito a clientes" contém valores relativos a operações de locação financeira mobiliária. No caso do crédito e juros vencidos, são ainda consideradas, além da locação financeira, prestações vencidas de operações de locação operacional e contratos de manutenção e extensão de garantia.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o detalhe desta rubrica pode ser apresentado da seguinte forma:

	2012	2011
Leasing		
Particulares	79.349.736	110.637.200
Empresas	35.500.954	38.626.421
Aluguer de Longa Duração (ALD)		
Particulares	179.239	2.659.133
Empresas	255.157	1.756.719
Overlease Financeiro	26.460.209	16.542.028
Adiantamentos por contratos em curso	1.467.823	1.030.489
Depósitos garantia	(32.379.534)	(43.801.851)
Total de crédito vincendo	110.833.584	127.450.138
Crédito e juros vencidos		
Leasing	1.389.929	1.189.994
Aluguer de Longa Duração (ALD)	4.887.489	5.589.999
Overlease Financeiro	1.678.345	1.700.057
Overlease Operacional	1.483.778	1.680.552
Crédito Rede	1.517.381	1.958.268
Outros créditos	536	283
Total de crédito vencido	10.957.458	12.119.153
Juros diferidos	(304.055)	(366.707)
Comissões diferidas		
Despesas com encargo diferido	874.835	2.727.300
Receitas com rendimento diferido	(3.257.156)	(5.309.078)
	(2.686.376)	(2.948.486)
Total de crédito concedido	119.104.666	136.620.806
Provisões (Nota 11)		
Para crédito e juros vencidos	(10.160.405)	(11.650.026)
Para créditos de cobrança duvidosa	(273.469)	(234.962)
Total de provisões	(10.433.874)	(11.884.988)
	108.670.791	124.735.818

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o detalhe da rubrica "Crédito a clientes" por prazo residual, no caso do crédito vincendo e por prazo de vencimento, no caso do crédito vencido era como segue:

	2012	2011
CRÉDITO VINCENDO		
Até 3 meses	27.946.573	13.231.226
De 3 meses a 1 ano	42.597.858	41.188.548
De 1 ano a 5 anos	40.073.842	71.137.892
Mais de 5 anos	215.310	1.892.473
	110.833.584	127.450.138
CRÉDITO E JUROS VENCIDOS:		
Até 3 meses	387.835	291.844
De 3 meses a 1 ano	517.461	214.055
De 1 ano a 5 anos	1.764.658	2.982.144
Mais de 5 anos	8.287.504	8.631.110
	10.957.458	12.119.153

Para fazer face aos riscos de realização do crédito concedido, a RCI IFIC tem ainda constituída uma provisão para riscos gerais de crédito (ver Nota 11).

O valor residual dos contratos de locação financeira, em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, ascendia a 64.708.397 Euros e 69.823.791 Euros, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o crédito vencido por prazo de incumprimento detalha-se da seguinte forma:

	2012						Total
	Aluguer de Longa	Overlease	Overlease	Crédito	Outros		
Duração (ALD)	Financeiro	Operacional	Leasing	Rede	créditos		
Classe I - até 3 meses	13.510	106.252	818	267.254	-	-	387.835
Classe II - de 3 até 6 meses	85.572	52.685	-	119.712	-	-	257.968
Classes III e IV - de 6 até 12 meses	14.628	131.881	1.551	111.433	-	-	259.493
Classes V a IX - de 12 até 36 meses	96.417	27.828	27.366	220.815	-	-	372.426
Classes X a XII - mais de 36 meses	4.677.362	1.359.699	1.454.043	670.715	1.517.381	536	9.679.736
	4.887.489	1.678.345	1.483.778	1.389.929	1.517.381	536	10.957.458

	2011						Total
	Aluguer de Longa	Overlease	Overlease	Crédito	Outros		
Duração (ALD)	Financeiro	Operacional	Leasing	Rede	créditos		
Classe I - até 3 meses	95.270	19.907	5.800	170.867	-	-	291.844
Classe II - de 3 até 6 meses	38.493	21.710	11.966	58.952	-	-	131.121
Classes III e IV - de 6 até 12 meses	25.357	7	5.408	52.162	-	-	82.934
Classes V a IX - de 12 até 36 meses	433.738	20.045	151.637	176.069	-	-	781.489
Classes X a XII - mais de 36 meses	4.997.142	1.638.389	1.505.740	731.944	1.958.268	283	10.831.765
	5.589.999	1.700.057	1.680.552	1.189.994	1.958.268	283	12.119.153

5. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

O detalhe da rubrica de "Activos não correntes detidos para venda", em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, era como a seguir se mostra:

	2012	2011
Veículos recuperados – temporariamente não locados	3.855.184	4.544.673
Imparidade sobre veículos recuperados (Nota 11)	(3.760.779)	(3.854.322)
Total	94.405	690.351

6. ACTIVOS TANGÍVEIS

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o detalhe da rubrica "Activos tangíveis", bem como a sua evolução pode ser apresentada como se segue:

	2012												
	31-12-2011				2012				31-12-2012				
	VB	AA	Imparidade	VL	Acquisições	Alienações/Abates	Amortizações do exercício	Imparidade	VB	AA	Imparidade	VL	
Terrenos e Recursos naturais	90.889	-	-	90.889	-	-	-	-	90.889	-	-	90.889	
Edifícios	562.271	372.493	-	189.778	-	-	13.478	-	562.271	385.971	-	176.300	
Mobiliário diverso	421.042	311.712	-	109.330	-	-	28.634	-	421.042	340.347	-	80.696	
Máquinas e ferramentas	51.529	51.529	-	-	-	-	-	-	51.529	51.529	-	-	
Equipamento Informático	1.633.599	1.627.574	-	6.025	-	6.290	3.884	1.357	1.627.309	1.625.047	-	2.262	
Outro equipamento	22.768	22.367	-	401	-	-	-	100	22.768	22.467	-	300	
Activos em locação operacional	64.048.797	8.395.945	157.777	55.495.075	32.556.515	39.051.286	8.974.933	10.688.669	(11.352)	57.554.027	10.109.681	146.425	47.297.921
Outros activos tangíveis	879.972	325.878	-	554.094	98.952	410.217	167.082	142.177	568.707	300.972	-	267.735	
Imobilizações em curso	167.399	-	-	167.399	521.815	167.399	-	-	521.815	-	-	521.815	
Imobilizações em curso - Baterias	144.452	-	-	144.452	276.047	144.452	-	-	276.047	-	-	276.047	
Total	68.022.718	11.107.498	157.777	56.757.443	33.453.329	39.779.643	9.145.899	10.874.416	(11.352)	61.696.404	12.836.015	146.425	48.713.964

	2011												
	31-12-2010				2011				31-12-2011				
	VB	AA	Imparidade	VL	Acquisições	Alienações/Abates	Amortizações do exercício	Imparidade	VB	AA	Imparidade	VL	
Terrenos e Recursos naturais	90.889	-	-	90.889	-	-	-	-	90.889	-	-	90.889	
Edifícios	562.271	359.800	-	203.471	-	-	-	13.693	562.271	372.493	-	189.778	
Mobiliário diverso	418.378	282.142	-	136.235	2.665	-	-	29.570	421.042	311.712	-	109.330	
Máquinas e ferramentas	51.529	50.294	-	1.235	-	-	-	1.235	51.529	51.529	-	-	
Equipamento Informático	1.625.958	1,623,975	-	1,983	8,202	561	342	3,940	1,633,599	1,627,574	-	6,025	
Outro equipamento	22.267	22.267	-	-	501	-	-	100	22.768	22.367	-	401	
Activos em locação operacional	51.117.253	6,650,378	39,422	44,427,453	59,406,578	46,475,034	8,109,372	9,854,939	118,355	64,048,797	8,395,945	157,777	55,495,075
Outros activos tangíveis	719.930	213.544	-	506.386	512.315	352.273	107.659	219.993	879.972	325.878	-	554.094	
Imobilizações em curso	12.222	-	-	12.222	167.399	12.222	-	-	167.399	-	-	167.399	
Imobilizações em curso - Baterias	-	-	-	-	144.452	0	-	-	144.452	-	-	144.452	
Total	54.620.696	9.201.401	39.422	45.379.873	60.242.111	46.840.089	8.217.373	10.123.470	118.355	68.022.718	11.107.498	157.777	56.757.443

As amortizações do exercício relativas aos activos em locação operacional, com excepção dos veículos temporariamente não locados, encontram-se na rubrica de Juros e encargos similares, no montante de 10.668.143 Euros e 9.854.939 Euros em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, respectivamente (ver Nota 15).

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a Sociedade tinha registada imparidade para veículos destinados à locação operacional que se encontravam temporariamente não locados, no montante de 146.425 Euros e 157.777 Euros, respectivamente (Nota 11).

Activos em locação operacional

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o detalhe dos recebimentos mínimos previstos não canceláveis, por prazo residual, sobre contratos de locação operacional, excluindo os contratos de Rent-a-Car, era como segue:

	2012	2011
Até 1 ano	1.496.146	1.282.705
De 1 ano a 5 anos	9.235.961	5.197.383
	<u>10.732.107</u>	<u>6.480.087</u>

As rendas contingentes reconhecidas como proveito nos exercícios de 2011 e 2010 repartem-se da seguinte forma:

	2012	2011
Facturação de prolongamentos	21	(1.532)
Penalizações por antecipações contratuais	65.068	54.307
	<u>65.090</u>	<u>52.774</u>

Relativamente às operações de locação operacional, o financiamento de veículos colocados à disposição de sociedades de rent-a-car assume particular importância, as quais não pretendendo adquirir definitivamente os veículos indispensáveis à sua actividade, recorrem, para esse efeito, à celebração de contratos de Aluguer Operacional. Tendo em conta que as sociedades comerciais do grupo, Renault e Nissan, não possuem capacidade jurídica para a celebração daquele tipo de contratos, fazem-no através desta sociedade, assumindo contudo, o risco de retoma desses veículos no final dos mencionados contratos, conforme consta de Protocolos assinados entre as partes.

7. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o saldo da rubrica "Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos" corresponde à participação da Sociedade na RCI Gest Seguros – Mediadores de Seguros, Lda., entidade com sede em Portugal, correspondente à totalidade do capital social.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os dados financeiros mais significativos retirados das demonstrações financeiras desta empresa podem ser resumidos da seguinte forma:

	2012			2011		
	Activo Líquido	Situação Líquida	Resultado Líquido	Activo Líquido	Situação Líquida	Resultado Líquido
RCI Gest Seguros	1.752.572	960.901	900.901	1.802.717	1.095.251	1.035.251
	<u>1.752.572</u>	<u>960.901</u>	<u>900.901</u>	<u>1.802.717</u>	<u>1.095.251</u>	<u>1.035.251</u>

Conforme descrito na Nota 2, as contas individuais da Sociedade são preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas. A Sociedade não apresenta contas consolidadas, ao abrigo da excepção permitida pela IAS 27, dado o seu capital ser integralmente detido pela RCI Banque S.A., com sede em França, a qual apresenta contas consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro nas quais são incluídas as demonstrações financeiras da Sociedade e as da sua filial.

8. ACTIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS

Os saldos de activos e passivos por impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 eram os seguintes:

	2012	2011
Activos por impostos correntes		
Pagamento por Conta	-	47.599
IRC Pagamento Especial por conta	-	13.978
IRC Pagamento Adicional por conta	-	20.240
Retenções na Fonte - capitais	-	13.397
	<u>-</u>	<u>95.214</u>
Passivos por impostos correntes		
IRC a pagar	567.512	29.205
Outros	92.160	92.160
	<u>659.672</u>	<u>121.365</u>
Activos por impostos diferidos		
Por diferenças temporárias	806.605	1.166.925
Passivos por impostos diferidos	-	8.433

O detalhe e o movimento ocorrido nos impostos diferidos foi o seguinte:

	Variação por		Variação por		
	2010	Resultados	2011	Resultados	2012
<u>Activos por impostos diferidos</u>					
- Por diferenças temporárias					
Provisões para riscos gerais de crédito	680.704	(77.122)	603.582	(123.857)	479.726
Provisões para outros riscos e encargos	423.136	(113.966)	309.170	17.671	326.841
Acréscimo de Provisões	417.166	(417.166)	-	-	-
Comissões recebidas associadas a operações de crédito	(227)	227	-	-	-
- Por prejuízos fiscais reportáveis	736.396	(482.224)	254.173	(254.136)	39
	<u>2.257.176</u>	<u>(1.090.251)</u>	<u>1.166.925</u>	<u>(360.321)</u>	<u>806.605</u>
<u>Passivos por impostos diferidos</u>					
- Por diferenças temporárias					
Comissões pagas associadas a operações de crédito	(58.055)	49.623	(8.433)	8.434	-
Outros	(1)	1	-	-	-
	<u>(58.056)</u>	<u>49.624</u>	<u>(8.433)</u>	<u>8.434</u>	<u>-</u>

Os gastos com impostos sobre lucros registados em resultados, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o resultado do exercício antes de impostos, podem ser apresentados como se segue:

	2012	2011
Impostos correntes		
IRC a pagar	(567.512)	(29.205)
Excesso de estimativa de imposto	196.658	146.383
	(370.854)	117.178
Impostos diferidos	(351.887)	(1.040.628)
Total de impostos reconhecidos em resultados	<u>(722.741)</u>	<u>(923.450)</u>
Resultado antes de impostos	4.541.581	1.847.191
Carga fiscal	15,91%	49,99%

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto pode ser demonstrada como segue:

	2012		2011
	Taxa	Imposto	Imposto
Resultado antes de impostos		4.541.581	1.847.191
Imposto apurado com base na taxa nominal	26,50%	1.203.519	489.506
Derrama Estadual	0,34%	15.324	-
Insuficiência / (excesso) de estimativa do ano anterior	1,27%	57.515	(146.383)
Dividendos pagos pela RCI Gest Seguros	-6,04%	(274.342)	(215.879)
Mais e Menos valias contabilísticas e fiscais e diferenças entre amortizações fiscais e contabilísticas	-1,51%	(68.365)	21.193
Custos não aceites fiscalmente:			
Provisões e imparidade	-5,83%	(265.000)	-
Prejuízos fiscais reportáveis	0,00%	-	736.396
Tributação autónoma	0,43%	19.325	29.205
Outros	0,77%	34.765	9.412
	<u>15,93%</u>	<u>722.741</u>	<u>923.450</u>

A Sociedade está sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC), a uma taxa de 25%, acrescida de 1,5% de Derrama Municipal calculada sobre o lucro tributável, a que corresponde uma taxa agregada de 26,5%.

Adicionalmente, relativamente ao período de tributação de 2012, sobre a parte que excede o lucro tributável de 1.500.000 Euros é aplicada uma taxa de 3%, a título de Derrama Estadual.

Refira-se que o prazo para a Autoridade Tributária e Aduaneira poder efectuar quaisquer correcções fiscais em sede de IRC, IRS, IVA, Imposto do Selo e IMI é, em termos genéricos, de 4 anos (excepto quando estejam em causa impostos considerados como sendo de obrigação única ou tenham sido deduzidos prejuízos fiscais, concedidos benefícios fiscais, estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que,

dependendo das circunstâncias, estes prazos poderão ser alargados ou suspensos). Deste modo, apenas os exercícios de 2009 e seguintes poderão ser susceptíveis de revisão por parte das referidas autoridades.

Por seu turno, os procedimentos adoptados em sede de contribuições para a Segurança Social estão sujeitos a revisão e correcção por parte das competentes autoridades durante um período de 5 anos, pelo que o exercício de 2008 poderá ser ainda igualmente objecto de revisão.

No entanto, não é previsível que qualquer correcção relativa aos exercícios acima referidos seja significativa nas Demonstrações Financeiras.

9. OUTROS ACTIVOS

O desenvolvimento da rubrica "Outros activos" em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, é como segue:

	2012	2011
IVA a recuperar	-	2.555.892
Outros devedores - Entidades relacionadas		
- Renault Portugal	3.192.591	2.656.675
- Nissan	1.478	48.462
- RCI Banque Sucursal	176.606	129.779
Contratos em curso	232.996	1.067.161
Débitos de clientes	4.826.664	4.951.901
Rendimentos a receber		
- Facturação Rent-a-Car	1.045.420	1.656.476
- Outros rendimentos	25.786	288.449
	<u>9.501.542</u>	<u>13.354.796</u>

Relativamente ao saldo de Outros devedores – entidades relacionadas, verificou-se um aumento no que respeita aos valores a receber da Renault Portugal, relativos a valores residuais dos clientes de Rent-a-Car.

O saldo da rubrica Contratos em curso respeita a contratos de clientes em período de reflexão, previsto no Decreto-Lei nº 133/2009 de 2 de Junho, de acordo com o qual os consumidores têm 14 dias consecutivos de período de reflexão para a revogação do contrato de crédito.

O saldo de Débitos de clientes respeita essencialmente aos valores que constam dos ficheiros de débitos directos enviados à cobrança nos últimos três dias úteis do mês, os quais são na sua maioria regularizados nos primeiros dias úteis do mês seguinte.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o saldo de Rendimentos a receber – Facturação Rent-a-Car respeita à facturação emitida para os clientes de Rent-a-Car, a qual é emitida e cobrada apenas trimestralmente.

10. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012	2011
RCI Banque, SA	129.027.796	158.811.928
Juros a Pagar	1.342.571	2.502.272
	<u>130.370.367</u>	<u>161.314.200</u>

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os prazos residuais dos "Recursos de outras instituições de crédito" apresentavam a seguinte estrutura:

	2012	2011
À vista	427.796	311.928
Até 3 meses	82.519.174	55.000.000
Mais de 3 meses	47.423.397	106.002.272
	<u>130.370.367</u>	<u>161.314.200</u>

12. OUTROS PASSIVOS

O desenvolvimento da rubrica "Outros passivos", em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, é como segue:

	2012	2011
<u>Credores e outros recursos</u>		
Fornecedores	(1.050.430)	(857.202)
Sector publico administrativo		
. Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	(1.644.720)	-
. Outros	(33.857)	(14.507)
Outros credores	263	1.259
<u>Despesas com encargos diferidos</u>		
Rendas	(22.763)	(24.810)
Outras despesas diferidas	26.596	6.770
<u>Devedores e outras aplicações</u>		
Adiantamentos por conta de vendas	(104.914)	(166.935)
Outros devedores	32.912	34.072
<u>Encargos a pagar</u>		
Encargos por gastos com pessoal	(113.654)	(126.323)
Seguros a pagar	(122.732)	(292.116)
Comissões a pagar à rede - Pacto Comercial	(648.859)	(648.953)
Outros encargos a pagar	(178.205)	(505.570)
<u>Receitas com rendimento diferido</u>	(920.567)	(910.633)
<u>Outras contas de regularização</u>		
Créditos de clientes a regularizar	(1.814.365)	(2.326.397)
Outros	327.091	(527.230)
	<u>(6.268.205)</u>	<u>(6.358.575)</u>

O saldo da rubrica "Receitas com rendimento diferido" corresponde ao diferimentos dos proveitos com contratos de manutenção.

O saldo da rubrica de créditos de clientes a regularizar inclui montantes recebidos de clientes ainda não afectos às respectivas operações de crédito, nomeadamente pela entrega de cheques a futuro, pagamentos efectuados antes da data de vencimento da prestação e movimentos em análise ainda por afectar.

13. CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2012, o capital subscrito da RCI Gest – Instituição Financeira de Crédito, SA ascende a 13.722.500 Euros e encontra-se integralmente realizado pela RCI Banque, SA, que detinha 100% das acções representativas do capital social da RCI Gest – Instituição Financeira de Crédito, SA.

A RCI Gest – Instituição Financeira de Crédito, SA não detinha em 31 de Dezembro de 2012 quaisquer acções próprias.

Não existem partes de capital beneficiárias, obrigações convertíveis nem títulos ou direitos similares.

Reserva Legal

De acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 201/2002, de 26 de Setembro, a Sociedade deverá constituir um fundo de reserva legal até à concorrência do seu capital ou do somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior. Para tal, é anualmente transferido para esta reserva o equivalente a um mínimo de 10% do resultado líquido de cada exercício, até perfazer o referido montante e só poderá ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica "Outras reservas e resultados transitados" tem a seguinte composição:

	2012	2011
Outras Reservas	25.041	25.041
Reserva Legal	2.835.762	2.743.388
Resultados Transitados	6.606.134	6.606.133
	<u>9.466.936</u>	<u>9.374.562</u>

14. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o detalhe da rubrica "Juros e rendimentos similares" era como segue:

	2012				2011			
	Particulares	Empresas	Outros	Total	Particulares	Empresas	Outros	Total
Locação financeira	3.934.495	6.126.174	-	10.060.669	5.369.687	2.893.240	-	8.262.927
Locação operacional	-	13.333.116	-	13.333.116	-	16.556.298	-	16.556.298
Depósitos à ordem e juros	-	-	2.377	2.377	-	-	20.575	20.575
	<u>3.934.495</u>	<u>19.459.290</u>	<u>2.377</u>	<u>23.396.162</u>	<u>5.369.687</u>	<u>19.449.538</u>	<u>20.575</u>	<u>24.839.799</u>

15. JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o detalhe da rubrica "Juros e encargos similares" era como segue:

	2012	2011
Juros sobre empréstimos bancários	4.664.248	6.424.827
Outros juros	20.527	13.757
Comissões pagas associadas ao custo amortizado	3.185.849	3.750.770
Amortizações do exercício de activos em locação operacional	10.668.143	9.854.939
	<u>18.538.767</u>	<u>20.044.292</u>

16. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o saldo desta rubrica correspondia aos dividendos recebidos da RCI Gest Seguros – Mediadores de Seguros, Lda. no montante de 1.035.251 Euros e 814.638 Euros, respectivamente.

17. RENDIMENTOS E ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Em 31 de Dezembro de 2011, o saldo da rubrica "Rendimentos com serviços e comissões", no montante de 20.750 Euros, diz respeito a débitos efectuados à RCI Banque Sucursal Portugal sobre comissões de forças de vendas pagas em contratos de crédito.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica "Encargos com serviços e comissões" detalha-se da seguinte forma:

	2012	2011
Comissões de Contratos Sigma - Particulares	176.845	426.927
Comissões de cobrança de recibos	72.328	72.607
Comissões Rede	-	30.619
Comissões por serviços bancários	1.731	437
Outras Comissões	18.958	56.847
	<u>269.862</u>	<u>587.436</u>

18. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica "Resultados de alienação de outros activos" detalha-se da seguinte forma:

	2012			2011		
	Perdas	Ganhos	+/- valia	Perdas	Ganhos	+/- valia
Activos em locação financeira	687.289	440.302	(246.987)	760.940	707.425	(53.515)
Activos em locação operacional	38.811	1.193	(37.618)	93.705	17.570	(76.135)
Outros activos tangíveis	72.102	32.156	(39.945)	100.400	16.395	(84.005)
	<u>798.202</u>	<u>473.651</u>	<u>(324.550)</u>	<u>955.044</u>	<u>741.390</u>	<u>(213.655)</u>

19. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o detalhe da rubrica "Outros resultados de exploração" é como segue:

	2012	2011
Reembolso de despesas	690.243	703.224
Rendimentos de contratos de manutenção	998.326	1.403.076
Indemnizações	93.284	178.711
Penalizações por antecipação de contratos	65.830	54.307
Redébitos de pessoal	12.541	96.568
Facturação de prolongamentos	38.590	(1.532)
Rendimentos da prestação de serviços diversos	500.308	1.196.649
Recuperação de juros e despesas	481.583	71.582
Compensações contratuais	39.697	(492.972)
Dívidas incobráveis	(23.284)	(18.858)
Reembolso de km's	(3.925)	(9.040)
Impostos	(144.049)	(242.420)
Outros	137.270	306.363
	<u>2.886.414</u>	<u>3.245.657</u>

20. CUSTOS COM O PESSOAL

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica "Custos com o pessoal" detalha-se da seguinte forma:

	2012	2011
Remunerações	420.457	490.114
Encargos Sociais	89.119	150.700
Outros custos com o pessoal	268.616	422.379
	<u>778.192</u>	<u>1.063.192</u>

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o número de efectivos da RCI Gest – Instituição Financeira de Crédito, SA era de 10 funcionários.

21. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica "Gastos gerais administrativos" detalha-se da seguinte forma:

	2012	2011
Gastos com fornecimentos		
Água, energia e combustíveis	67.532	66.535
Material de consumo corrente	12.056	9.819
Limpeza, higiene e conforto	5.099	4.732
Outros	122	806
	<u>84.809</u>	<u>81.891</u>
Gastos com serviços prestados a clientes		
Seguros	777.616	1.395.409
Conservação e reparação	218.350	172.482
Reparações	93.284	178.711
Contratos de manutenção	776.447	828.911
Contratos de Baterias	2.245	-
	<u>1.867.943</u>	<u>2.575.513</u>
Gastos com outros serviços		
Rendas e alugueres	296.426	297.721
Comunicações	47.611	34.643
Deslocações, estadas e representação	37.627	69.841
Publicidade	81.880	54.875
Avenças e honorários	105.258	89.919
Judiciais contencioso e notariado	253.095	292.574
Informática	638.149	645.993
Prestações de serviços - recup. Crédito	126.308	187.357
Leiloeiras	11.579	63.139
Outros gastos gerais administrativos	604.377	533.594
	<u>2.202.310</u>	<u>2.269.655</u>
	<u>4.155.062</u>	<u>4.927.060</u>

A rubrica "Outros gastos gerais administrativos" inclui o montante de 62.976 Euros relativos aos honorários totais facturados pelo Revisor Oficial de Contas durante o exercício de 2012, respeitantes à revisão legal das contas e a outros serviços de garantia de fiabilidade, nos montantes de 44.526 Euros e 18.450 Euros, respectivamente, divulgados para efeitos do cumprimento da alteração introduzida pelo Decreto-Lei nº 185/2009, de 12 de Agosto, ao Artigo 66º-A do Código das Sociedades Comerciais.

22. RELATO POR SEGMENTOS

Todos os proveitos gerados pela actividade da RCI Gest – Instituição Financeira de Crédito, S.A. nos exercícios de 2012 e 2011 resultaram essencialmente de operações realizadas em Portugal. Por outro lado, no que se refere ao modelo de segmentação por linhas de negócio anexo à instrução nº 11/2003, do Banco de Portugal, a actividade da RCI enquadra-se integralmente no âmbito da categoria denominada de "Banca Comercial".

23. CONSOLIDAÇÃO COM DETENTORES DE CAPITAL

As contas da RCI Gest – Instituição Financeira de Crédito, S.A. são consolidadas ao nível das demonstrações financeiras da RCI Banque, S.A., as quais podem ser obtidas na sua sede na 14, avenue du Pavé Neuf, em Noisy-Le-Grand, ou após as publicações obrigatórias, no sítio da Internet da própria RCI Banque, S.A. (<http://www.rcibanque.com>, em "Finance", "Activités et Résultats").

24. DIVULGAÇÕES NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO DA NORMA IFRS 7

JUSTO VALOR

No que diz respeito ao "Crédito a clientes" não existe actualmente um mercado activo em Portugal com transacções entre contrapartes igualmente conhecedoras e interessadas em efectuar essas transacções. Contudo, a Sociedade dispõe de um modelo de valorização interna para estimar o respectivo justo valor do "Crédito a clientes", em particular, do Leasing, ALD e Overlease Financeiro.

No apuramento do justo valor destas operações de crédito foram utilizadas as taxas de juro médias das operações contratadas durante o mês de Dezembro de 2012 em cada um dos produtos, ponderadas pelo volume de operações desse mês.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, com base nestes pressupostos, o justo valor destas operações de crédito é superior e inferior em cerca de 1.692.000 Euros e 3.845.000 Euros, face ao respectivo valor de balanço, respectivamente.

GESTÃO DE RISCOS

O conhecimento em profundidade dos níveis de exposição e a gestão integrada dos riscos assumidos, tornam-se fundamentais para a prossecução dos objectivos estabelecidos, contribuindo para a criação de valor para os Accionistas.

O modelo de gestão implementado baseia-se na separação das funções de medição, de decisão e de controlo dos riscos.

As categorias de risco consideradas são as seguintes: risco de crédito, de taxa de juro e de liquidez.

Risco de Crédito

O risco de crédito encontra-se associado à possibilidade de incumprimento efectivo da contraparte, que se consubstancia no não pagamento integral ou parcial e pontualmente, quer do capital em dívida, quer dos juros correspondentes aos empréstimos efectuados. Representa a componente de risco com maior relevo na actividade do nosso Grupo.

A fim de controlar o risco de crédito cliente e rede, a Sociedade tem estabelecidas normas internas e procedimentos no que respeita à aceitação e acompanhamento dos seus clientes, de acordo com as preconizadas pelo Grupo RCI BANQUE para as suas filiais.

Privilegia-se não só a profissionalização da aceitação como também as acções de prevenção e a segregação de funções.

As Regras de Aceitação do Financiamento Cliente são definidas pela Direcção de Serviços a Clientes, pela Direcção Administrativa e Financeira e pela RCI BANQUE - Direcção de Risco.

Existe uma grelha de score, definida de acordo com os princípios do Grupo, cabendo a Manutenção do Sistema de Score a técnicos especialistas da RCI BANQUE, que assumem essa função em todas as filiais do Grupo. Estes dois factores conjugados permitem assegurar a segregação de funções relativamente à Direcção que obtém os contratos, visto que a Aceitação se integra na Direcção de Serviços a Clientes.

As Regras de Aceitação do Financiamento Rede, e de renovação dos limites das linhas já aceites, são definidas pela Direcção de Crédito Rede respeitando os critérios definidos pelo Grupo RCI BANQUE.

Existe uma grelha de cotação a que está associada não só o tipo de financiamento a que o cliente rede poderá ter acesso, mas também, o limite de financiamento a conceder, privilegiando-se os critérios objectivos a par da análise pelo analista financeiro.

Ao controlo do risco de crédito Rede está subjacente a evolução de indicadores de médio e curto prazo, sendo que as obrigações de informação à RCI Banque Portugal constituem uma obrigação contratual :

- Indicadores de médio prazo: evolução da estrutura financeira dos concessionários, e dos grupos a que eventualmente pertençam, avaliada com base num dossier recebido anualmente,
- Indicadores de curto prazo, nomeadamente: a evolução da rentabilidade de exploração, avaliada com base no seguimento trimestral das contas de exploração dos mesmos, a evolução do comportamento de pagamento, avaliada com base no seguimento diário, os resultados das auditorias regulares de stocks subjacentes às linhas financiadas pela RCI Banque.

Em caso de não respeito das regras mínimas de aceitação de risco pela RCI Banque ou de degradação financeira são tomadas medidas preventivas ou correctivas definidas em procedimento em função do grau de gravidade da situação (desde a redução de limites, exigência de garantias e planos de acção, até à própria suspensão do financiamento do concessionário por parte da RCI Banque). Estão também previstas análises às demonstrações financeiras da Rede, em caso de cotação fraca ou de degradação financeira grave, realizadas por auditor independente.

A avaliação da qualidade do risco de crédito à Rede, efectuada mensalmente, traduz-se no cálculo mensal das provisões.

Este cálculo, tem por base um procedimento comum a todo o grupo RCI BANQUE, em que se classifica o Capital Financiado consoante a classe de risco de crédito: "são", "com incidentes" e "em risco de incumprimento". O cálculo das provisões é tanto mais apurado quanto mais elevada for a probabilidade de risco de incumprimento. A categoria "em risco de incumprimento" corresponde à integração do cliente num estatuto especial de pré-alerta e alerta que, desencadeia, para além do provisionamento mais elevado, um conjunto de medidas cautelares de acção imediata.

Os Comitês especializados de seguimento que contribuem para o controlo do risco, têm como principais funções, detectar as tendências de evolução do crédito mal-parado e desencadear as acções preventivas ou correctivas necessárias, decorrentes da evolução constatada e previsível do mercado ou de um perfil de cliente em particular.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a qualidade da carteira de crédito pode ser apresentada como se segue:

	2012				2011			
	Crédito vivo	Crédito vencido	Depósitos garantia	Exposição Total	Crédito vivo	Crédito vencido	Depósitos garantia	Exposição Total
Contratos de locação financeira								
"São"	110.367.901		30.263.294	80.104.608	145.609.106	-	39.697.071	105.912.035
"Com incidentes" <90dias	3.704.263	267.254	959.166	3.012.351	3.120.886	170.867	623.793	2.667.961
"Em risco de incumprimento" >90 < 48	778.525	523.386	170.098	1.131.813	531.624	331.975	93.214	770.385
Em contencioso > 48	-	599.289	-	599.289	2.005	687.152	-	689.156
Aluguer de longa duração								
"São"	398.510		254.814	143.696	4.069.939	-	2.588.964	1.480.975
"Com incidentes" <90dias	24.289	13.510	18.213	19.586	297.495	95.270	136.780	255.985
"Em risco de incumprimento" >90 < 48	11.598	530.376	-	541.975	48.419	980.316	15.205	1.013.529
Em contencioso > 48	-	4.343.602	-	4.343.602	-	4.514.413	-	4.514.413
Overleasing Financeiro	26.460.209	1.678.345	713.949	27.424.605	16.542.028	1.700.057	637.442	17.604.645
Overleasing Operacional (Rendas vencidas)	-	1.483.778	-	1.483.778	-	1.680.552	-	1.680.552
Crédito Rede	-	1.517.381	-	1.517.381	-	1.958.268	-	1.958.268
Outros créditos	1.467.823	536	-	1.468.360	1.030.489	283	9.383	1.021.389
	<u>143.213.118</u>	<u>10.957.458</u>	<u>32.379.534</u>	<u>121.791.042</u>	<u>171.251.990</u>	<u>12.119.153</u>	<u>43.801.851</u>	<u>139.569.292</u>

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a exposição máxima da Sociedade ao risco de crédito líquido de provisões atinge os 111.357.168 Euros e 127.665.536 Euros, respectivamente, no caso de contratos de locação financeira, e 47.297.920 Euros e 55.671.619 Euros, respectivamente, sobre os contratos de locação operacional.

A antiguidade de crédito em mora antes de imparidade encontra-se descrita na nota 4 do corrente Anexo. Relativamente ao cálculo da imparidade, a RCI regista provisões para crédito de acordo com o estabelecido no Aviso 3/95 do Banco de Portugal.

Risco de Taxa de juro

O risco de taxa de juro consiste na possibilidade de ocorrerem perdas nas posições patrimoniais e extrapatrimoniais em função de movimentos adversos nas taxas de juro.

Encontra-se definida e centralizada na RCI BANQUE a política de refinanciamento e seguimento do risco de taxa de juro. Desta forma a sociedade tendo em conta os procedimentos definidos e por forma a minimizar o risco de transformação de taxa de juro, garante a cobertura dos seus activos mediante o recurso a operações adequadas de cobertura, celebrados com a RCI BANQUE - entidade não residente.

Dado que as operações de crédito são a taxa fixa e atendendo à estratégia de cobertura acima descrita, a sensibilidade dos resultados futuros a variações de taxa de juro, relativamente a operações já contratadas até 31 de Dezembro de 2012, é relativamente reduzida.

O seguimento da exposição ao risco de taxa de juro, é efectuado através de um sistema de informação, intitulado "Cristal", que tem como referência a "Charte Cristal".

Risco de Liquidez

O risco de liquidez consiste no risco de perdas resultantes da incapacidade de fazer face a compromissos assumidos, por indisponibilidade de fundos líquidos ou dificuldades na sua obtenção a preços de mercado, nos mercados monetários.

O acompanhamento do risco de liquidez em Portugal está integrado no acompanhamento do risco do Grupo RCI BANQUE. A situação de liquidez do Grupo RCI BANQUE é objecto duma vigilância permanente e de um "Spotting" mensal apresentado ao Comité Financeiro do Grupo.

A análise dos passivos por maturidade contratual encontra-se descrita na nota 10 do Anexo.

Risco de Mercado

A política de refinanciamento da Sociedade encontra-se definida e centralizada na casa-mãe – RCI Banque. O seguimento do risco de taxa de juro é realizado numa base consolidada abrangendo as entidades RCI Gest – Instituição Financeira de Crédito, S.A. e RCI Gest Seguros – Mediadores de Seguros, Lda. Desta forma, a sociedade, tendo em conta os procedimentos definidos e de forma a minimizar o risco de transformação de taxa de juro, garante a cobertura dos seus activos mediante o recurso a operações adequadas de cobertura, celebradas com a RCI Banque – entidade não residente e domiciliada em França.

O seguimento da exposição ao risco de taxa de juro é efectuado diariamente, através de um sistema de informação intitulado "Cristal" que é propriedade do grupo. A alimentação deste sistema é feita tanto localmente pelas filiais como centralmente pela casa-mãe.

Risco Operacional

O Risco Operacional consiste no risco de perdas resultantes de falhas internas ao nível dos sistemas, dos procedimentos ou provocadas pelos recursos humanos ou por acontecimentos externos.

Em matéria de riscos operacionais a gestão e o seguimento, assenta na política definida pelo Grupo RCI BANQUE - Implementação de um dispositivo de gestão do risco operacional, como resposta aos princípios de Basileia II, tendo como documento de referência a "Carta de Gestão e Seguimento dos Riscos Operacionais" e a Cartografia de Processos, que definem os principais processos e níveis de responsabilidade.

Anualmente, os riscos associados aos processos e os controlos são avaliados de acordo com a importância (grau de risco) e respeito das regras do grupo. Esta avaliação é realizada pelos gestores dos diversos processos, sendo o resultado bem como os planos de acções resultantes para colmatar as deficiências encontradas, validado em Comité de Riscos Operacionais, constituído pelos membros do Comité de Direcção e dado conhecimento à RCI Banque.

Outros instrumentos de seguimento de riscos operacionais disponíveis: colecta de incidentes e indicadores de risco operacional (KRI's).

O Controlo Interno da filial procede ao seguimento do controlo dos riscos operacionais e reporta à RCI BANQUE os resultados.

Cálculo do rácio de solvabilidade

O rácio de solvabilidade foi determinado de acordo com o estabelecido na Instrução 23/2007 do Banco de Portugal e, a 31 de Dezembro de 2012 e 2011, detalha-se da seguinte forma:

	2012	2011
Capital	13.722.500	13.722.500
Outras reservas e Resultados transitados	9.466.936	9.374.562
Resultado líquido do exercício	-	923.741
Fundos próprios de base (a)	<u>23.189.436</u>	<u>24.020.803</u>
Provisões para riscos gerais de crédito		-
Fundos próprios complementares (b)	<u>-</u>	<u>-</u>
Fundos próprios de referência (a) + (b)	<u>23.189.436</u>	<u>24.020.803</u>
Risco de crédito	11.097.979	12.955.260
Risco de mercado	-	-
Risco Operacional	1.333.525	1.333.525
Total	<u>12.431.503</u>	<u>14.288.785</u>
Rácio de solvabilidade	14,92%	13,45%

Mensalmente a Administração e Direcção Financeira da RCI Gest IFIC, SA efectuam uma análise dos resultados e actividade da Sociedade, da mesma forma que é feita a validação do cumprimento do rácio de solvabilidade mínimo exigido pela Instrução 23/2007 do Banco de Portugal.

25. SALDOS COM ENTIDADES RELACIONADAS

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o montante global dos activos, passivos, custos e proveitos e responsabilidades extrapatrimoniais relativos a operações realizadas com entidades relacionadas de acordo com a IAS 24 tem a seguinte composição:

SALDOS COM EMPRESAS PARTICIPADAS	2012	2011
<u>RCI Gest Seguros- Mediadores de Seguros, Lda.</u>		
Activos	106.507	24.554
Proveitos	1.035.251	814.638
<u>SALDOS COM DETENTORES DE PARTICIPAÇÕES NA EMPRESA</u>		
<u>RCI Banque, SA</u>		
Activos	14.844	3.794
Passivos	130.344.254	161.329.631
Custos	4.703.290	6.436.227
<u>SALDOS COM OUTRAS EMPRESAS RELACIONADAS</u>		
<u>Renault SA – Sigma Services</u>		
Passivos	64.713	61.532
Custos	776.486	828.911
Proveitos	998.326	1.403.076
<u>Soquesma SARL</u>		
Passivos	15.890	52.988
Custos	81.506	118.167
<u>Comp. Cr. Fin. Inv. Renault do Brasil</u>		
Activos	-	9.978
<u>RCI Banque Sucursal Portugal</u>		
Activos	523.201	129.779
Passivos	-	451.264
Custos	-	-
<u>Renault Portugal, SA</u>		
Activos	3.206.226	2.666.680
Passivos	214.372	931.572
Proveitos	1.555.284	2.021.470

26. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não se verificaram eventos subsequentes após a data do balanço que, de acordo com o disposto na "IAS 10 – Acontecimentos após a data de balanço" implicassem ajustamentos ou divulgações nas demonstrações financeiras.

A Técnica Oficial de Contas

O Conselho de Administração

**RCI GEST – INSTITUIÇÃO
FINANCEIRA DE CRÉDITO, S.A.**

**Demonstrações Financeiras em 31 de
Dezembro de 2012 acompanhadas da
Certificação Legal das Contas**

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da RCI Gest – Instituição Financeira de Crédito, S.A. (“Sociedade”), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2012 que evidencia um total de 167.953.740 Euros e capitais próprios de 27.008.276 Euros, incluindo um resultado líquido de 3.818.840 Euros, as Demonstrações do rendimento integral, de alterações nos capitais próprios e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Sociedade, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reserva

4. Em 31 de Dezembro de 2012, a rubrica “Crédito a clientes” inclui 874.835 Euros relativos a despesas com encargos diferidos relacionados com comissões pagas pela Sociedade no âmbito da contratação de operações. Devido a incorrecções no cálculo do montante a diferir, em 31 de Dezembro de 2012 o referido saldo encontra-se subavaliado em aproximadamente 2.260.000 Euros.

Opinião

5. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos do assunto descrito no parágrafo 4 acima, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da RCI Gest – Instituição Financeira de Crédito, S.A. em 31 de Dezembro de 2012, bem como o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

6. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 15 de Março de 2013



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por João Carlos Henriques Gomes Ferreira

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Ao Accionista da
RCI Gest – Instituição Financeira de Crédito, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da RCI Gest – Instituição Financeira de Crédito, S.A. (Sociedade), relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração da Sociedade.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da actividade da Sociedade, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Sociedade as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o Balanço em 31 de Dezembro de 2012, as Demonstrações do rendimento integral, dos fluxos de caixa e das alterações nos capitais próprios do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo. Adicionalmente, analisámos o Relatório de Gestão do exercício de 2012, preparado pelo Conselho de Administração e a proposta de aplicação de resultados nele incluída. Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas, a qual contém uma reserva.

Face ao exposto, excepto quanto ao assunto descrito no parágrafo 4 da Certificação Legal das Contas, somos de opinião que as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis, para efeitos de aprovação em Assembleia Geral de Accionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Sociedade o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 15 de Março de 2013



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por João Carlos Henriques Gomes Ferreira